



República de Moçambique

Anexo Vol.IV: 2

Sínteses das Discussões e Recomendações da Auscultação Feita na Comunidade da Proposta de Plano de Maneio da Área de Proteção Ambiental das Ilhas Primeiras e Segundas nas províncias de Zambézia e Nampula



Helping People and
The Planet Thrive



2015

Índice

SIGLAS	3
I. Equipes de trabalho.....	4
1. Província de Nampula.....	4
1.1. Agenda	4
2. Província da Zambézia-Quelimane	5
2.1. Agenda	5
II. Sínteses da partilha do Plano de Maneio da APA das ilhas primeiras e segundas.....	6
1. Introdução	6
2. Síntese das Consultas Públicas na Província de Zambézia-Quelimane	7
2.1. Encontro-Muebase	7
2.1.1. Perguntas e Respostas mais frequentes	8
2.2. Encontro- Pebane	9
2.2.1. Perguntas e Respostas mais frequentes	10
2.2.2. Lista de Participantes do Encontro Pebane	11
2.3. Encontro-Cidade de Quelimane	12
2.3.1. Perguntas e Respostas mais frequentes	13
2.3.2. Lista de Participantes do Encontro- Cidade de Quelimane.....	14
3. Síntese das Consultas Públicas na Província de Nampula	14
3.1. Encontro-Distrito de Angoche	14
3.1.1. Perguntas e Respostas mais frequentes	16
3.1.2. Lista de Participantes do Encontro Angoche	17
3.2. Comunidade de Tamole:	17
3.2.1. Perguntas e Respostas mais frequentes	19
3.2.2. Lista de Participantes do Encontro Tamole	20
3.3. Encontro- Governo Provincial de Nampula	21
3.3.1. Perguntas e Respostas mais frequentes	24
3.3.2. Lista de Participantes do Encontro Provincial	25
3.4. Mergulho nos corais de Puga-Puga e consulta de Comunidade de Masiwane, atras de Ilha Abdul Remane	26
3.4.1. Perguntas e Respostas mais frequentes	27
3.4.2. Lista de Participantes do Encontro de Masizwane.....	28

3.5.	Encontro-Distrito de Larde	30
3.5.1.	Perguntas e Respostas mais frequentes	31
3.5.2.	Lista de Participantes do Encontro Larde	31
3.6.	Reunião Comunitária de Nanterra (10 kms de Larde Sede).....	35
3.6.1.	Perguntas e Respostas mais frequentes	36
3.6.2.	Lista de Participantes do Encontro Larde-Nanterra	37
3.7.	Distrito de Moma	40
3.7.1.	Perguntas e Respostas mais frequentes	43
3.7.2.	Lista de Participantes do Encontro Moma-vila.....	44
3.8.	Encontro na Comunidade de Mucoroge.....	45
3.8.1.	Perguntas e Respostas mais frequentes	46
3.8.2.	Lista de Participantes do Encontro Moma Mucoroge	47
3.	Conclusões	49
4.	Constrangimentos	49
5.	Recomendações para o Plano de Maneio.....	50
	Anexo 1: Evidências	52

SIGLAS

ANAC Administração Nacional das Áreas de Conservação

APA Área de Proteção Ambiental

CCP Conselho Comunitário de Pesca

SDAE Serviço Distrital da Atividade Económica

I. Equipes de trabalho

1. Província de Nampula

Equipe de Trabalho: 9 pessoas

Direcção Provincial de Turismo e representante da ANAC: Bernardo Mualeite

Verde Azul Consult Lda: Kemal Vaz, Peter Bechtel, Regina Tomo

CCP de Angoche e Apoio Tradução: Sabino Assane

WWF-Care: Cremildo Armando e Marcos Jorge Assane

Motoristas da WWF-Care: Chande Vasconselos e Lauchane Ibraimo

1.1. Agenda

O trabalho de campo em Nampula para a partilha da Proposta de Plano de Maneio da Área de Protecção Ambiental das Ilhas Primeiras e Segundas teve a seguinte agenda:

Data	Actividades
02.06.2015	Reunião com governo do Distrito e líderes da sede Angoche e figuras influentes; Reunião comunitária em Tamole.
03.06.2015	Reunião Provincial, as partes interessadas a nível provincial.
04.06.2015	Encontro com a Comunidade de Masizwane;
05.06.2015	Reunião com funcionários e líderes do Distrito de Larde. Encontro com a Comunidade do Distrito de Larde.
06.06.2015	Reuniões com o Distrito Moma, líderes, as partes interessadas Reuniões e actividades com Mocaroge Comunidade
07.06.2015	Encontro de trabalho de equipe, balanço das actividades
08.06.2015	Elaboração de relatório

2. Província da Zambézia-Quelimane

Equipe de Trabalho: 5 pessoas

ANAC – DPT: Sr. Hermenegildo;

Verde Azul Consult Lda: Kemal Vaz e Sean Nazarelli

Motoristas da WWF-Care- Chande Vasconcelos

Oficial comunitário: Carlitos Abubacar

2.1. Agenda

O trabalho de campo na Zambézia-Quelimane para a partilha da Proposta de Plano de Maneio da Área de Protecção Ambiental das Ilhas Primeiras e Segundas teve como agenda os pontos seguintes:

Data	Actividades
09.05.2015	Reunião comunitária em Pebane
10.05.2015	Visita às áreas de Icuria, praia, e / ou actividades da A Encontro com a Comunidade de Muebase
11.05.2015	Reunião Provincial, as partes interessadas a nível provincial; Debrief, elaboração de relatórios.

II. Sínteses da partilha do Plano de Maneio da APA das ilhas primeiras e segundas

1. Introdução

O plano de maneio das áreas de Proteção Ambiental (APA) das Ilhas I e II é um documento que depois de aprovado em Conselho de Ministros tem um carácter vinculativo e regulatório para toda a área abrangida pelo Decreto n.º 42/2012 do CM que a constitui em dezembro de 2012. O Plano de Maneio servirá como um manual para uma melhor gestão dos recursos ambientais aquáticos e terrestres das comunidades residentes nas nesta APA.

A presente síntese é elaborada como forma de reportar os assuntos discutidos que se seguiam após apresentação da Proposta de Plano de Maneio para a Área de Proteção Ambiental das Ilhas Primeira e Segundas (PPM APA I&II). Em geral e quando as condições assim permitiam era feita uma apresentação através do uso de Power Point (em anexo). Nas comunidades os encontros eram feitos de forma oral com uso de tradução (em Coty ou em Macua). Esta síntese apresenta os questionamentos feitos pelos intervenientes e a posição do esclarecimento dado. Também foram dadas recomendações que irão enriquecer a atual versão do PM. Os encontros foram efetuadas nas províncias de Zambézia e Nampula entre os meses de Abril e Junho de 2015. O plano de trabalho foi preparado pelos consultores tendo os encontros locais sido organizados pela ANAC com a colaboração do Governo Provincial nas duas províncias e a apoio logístico da Aliança (Care – WWF).

2. Síntese das Consultas Públicas na Província de Zambézia-Quelimane

2.1.Encontro-Muebase

O encontro realizou-se no dia 9 de Maio de 2015 no CGCP-Nagonha em Muebase e contou com a participação de cerca de 40 pessoas.

Foram apresentadas as seguintes questões:

Ouvimos a apresentação mas nós aqui em Muebase pertencemos às 1^{as} ou 2^{as}?

O que a natureza nos dá? E porque temos de proteger? .

Explicamos a ligação entre habitats e processos. Discutimos os impactos dos pescadores que continuam a entrar na linha de protecção.

Vasco Jamal – Pescador – WWF com as suas mentiras sobre os fiscais que foram treinados mas que não receberam subsídios. Não houve discussão com a liderança quando a WWF se retirou, ficamos sem saber nada. Este é um distrito de azar. Porque não há proposta de uma sede de fiscalização em Muebase?

Alberto Júlio Machado – Líder – Não existem formas de promover conservação nas ilhas? Durante a guerra houve destruição de mangal, será possível apoio na restituição? Nossas vias de acesso estão más. Não chegam até a costa para escoamento do pescado. Não temos formas de conservação, de forma que não existe negócio. Como o Governo vai apoiar nas vias de comunicação com Muebase?

Jaime Jose Poseide – O que se vai propor em termos de plano em Muebase?

António Niambau - Somos cúmplices do nosso azar, está uma confusão de poderes, dos CCP, do Distrito, dos Líderes Locais, como evitar sobreposições de deveres e responsabilidades?.

António Nhavene – Não ficam pessoas a marcar a ocupação?

Mussa Ela – Pescador – Isto que vieram fazer aqui é um capacitação ou uma consulta?

Maria Augusto - (Mulher) Pescadora – Levantou o assunto das minas - disse que poderia contribuir mais para o desenvolvimento. Mas que agora não vê nenhum proveito para Muebase.

Delino Musse- Tem em atenção os critérios para selecção de fiscalização. O Governo deve pegar os artigos ajuramentados já treinados antes de 2012 que continuam disponíveis. São 7 Fiscais em Muebase – temos visto muitos desmandos em relação á Tartarugas, assim como abate indiscriminado do mangal, mas não podemos fazer nada sem um poder da fiscalização, ou outra autoridade local. Falaram de problemas de contratar fiscais sem educação exigida pelo Estado. Como enviaram os fiscais sem o seu grau de educação exigido no estado, para formação? Será que este aspeto de não termos pessoas com educação mas bons na fiscalização vai ser levado em conta?

Lídia Mussa: Estão no fundo do "poço" como nos podem apoiar, as equipas de WWF vêm e vão mas aqui em Muebase somos esquecidos. Achamos que o nosso porto de Muebase tem mais profundidade do que o de Mucorodge.

O debate seguiu-se com a tradução do Sr. Carlitos da WWF. Tivemos também apoio da própria associação por vezes. Em geral todas as explicações foram dadas com base nas análises já contidas no próprio plano de maneio.

2.1.1. Perguntas e Respostas mais frequentes

Durante a partilha da proposta de plano de maneio em Muebase foram comuns nos participantes os seguintes questionamentos e respostas:

Perguntas

Os questionamentos dos participantes do encontro, estiveram repetidos em volta da questão da fiscalização da APA, e pode se verificar com as perguntas feitas pelos participantes de nome:

- Vasco Jamal –Porque não há proposta de uma sede de fiscalização em Muebase? E
- Delino Musse-Será que este aspeto de não termos pessoas com educação mas bons na fiscalização vai ser levado em conta?

Respostas

Em geral todas as explicações foram dadas com base nas análises já contidas no próprio plano de manejo, o que significa que foram reforçadas informações do plano de manejo em volta da temática de fiscalização.

2.2.Encontro- Pebane

O encontro realizou-se em Pebane no dia 10 de Maio de 2015 e contou com a presença de 35 participantes e do qual foi possível colher as seguintes informações:

Domingos de Almeida: disse que era uma boa aula o que apresentamos pois aprenderam muito. Queria abordar os 10 km na linha continental pertence á APA. Que tem um DVD para oferecer sobre mudanças climáticas feito aqui em Pebane. Falta uma fiscalização nas linhas de 1 milha, e 3 milhas. Por enquanto não existem medidas? Tem visto grandes impactos da mineração, muita erosão e ninguém faz nada? Quem deve fiscalizar? Se as comunidades participarem na fiscalização qual será o benefício para elas? É preciso uma maior divulgação da lei de conservação que recentemente falamos na apresentação mas que não conhecem. Reclama que propomos mais locais de postos de fiscalização em Nampula do que em Zambézia? Porque? Em que ilhas vamos propor atividades? E no continente?

Zeferino Cassimo (Secretario do C de Gestão de RN UMLAI, que chegou tarde): não sabe quem somos? Se somos doadores. Aqui já fizemos o plantio de mais de 20,000 mangais. Um trabalho muito importante. O WWF fazia fiscalização mas agora nada se vê e as pessoas abusam. Até se pesca com artes que antes sempre foram proibidas.

Topolé – Membro do Secretariado de ANAP (trabalha no Gilé para o COSV): temos de consciencializar as comunidades para além de fiscais.

Manuel Zabura: aqui muita gente sobrevive na base de carvão. Feito á custa do corte de mangal. É preciso parar. O ITC fez trabalho e atribuíram DUAT ás comunidades, isto era para facilitar o seu negocio, mas ate agora não encontram financiamento do FI, e também não receberam resposta. Não conseguem mesmo conservar os RN dentro do DUAT devido aos ilegais. Angelica da

Eduardo Mondlane diz que em 2012 foi feito de facto muito trabalho e mesmo ITC fez formações, tiveram projecto de USD15,000 e eram 7 comunidades envolvidas.

Tomé Carvalho: da radio comunitária, diz que pode apoiar na divulgação de informação, sobretudo da lei de conservação.

Propuseram que ANAC já devia ter sido feitos mapas dos limites para enviarem aos distritos abrangidos. Se a APA foi declarada em Novembro de 2012 já houve muito tempo. Quando vão receber estes mapas?

O Sr. Carlitos Abubacar é um quadro perdido em Pebane. É um elemento muito dinâmico mas não tem recursos nem apoio. Como é que a WWF apoia este elemento. Nunca vemos ninguém da direcção da WWF nesta província nem nos distritos.

2.2.1. Perguntas e Respostas mais frequentes

Durante a partilha da proposta de plano de maneio no distrito de Pebane foram comuns nos participantes os seguintes questionamentos e respostas:

Perguntas

O assunto que mais levantou a colocação de perguntas por parte dos participantes foi tal como no encontro realizado em Muebase a fiscalização. Os participantes repetiram a temática em perguntas do tipo:

- Domingos de Almeida: Quem deve fiscalizar? Se as comunidades participarem na fiscalização qual será o beneficio para elas? Falta uma fiscalização nas linhas de 1 milha, e 3 milhas. Por enquanto não existem medidas?

Respostas

Neste encontro não houve reacções com abordagens repetitivas em volta de um determinado assunto.

2.2.2. Lista de Participantes do Encontro Pebane

Ordem	Nome do Participante	Instituição	Contacto
1	Kemal Vaz	ANAC - VERDE AZUL Lda.	823031400
2	Sean Nazerali		
3	Hermenegildo A. Alide	DPTURZ	84 66 66 791
4	Carlitos Alfredo Aboo	CARE/WWF	82 32 31 362
5	Suale Pachire	Régulo 3° G	
6	Manuel Faquira	Régulo 1° G	
7	António Joao M	Chefe da Loc	87 26 87 135
8	Latiza Ussene Cana	Chefe / Posto	86 79 58 865
9	Aiuba Cassimo	Repórter	87 24 60 028
10	Zeferino A. Cassimo	Mulai	86 53 93 390
11	Domingos A.	APAPE	82 40 14 912
12	Jompalio Gliberto	SD Tecnico	86 87 56 554
13	Manuel Zabura	Presidente do comité	87 44 30 448
14	Inácio Agi	Meusio vocal ANP	86 50 77 076
15	Mirage H. Canana	Meio Ambientalista	86 55 26 313
16	João Castigo	Fiscal CCP	
17	Alberto Namaja	Secretario do bairro	86 73 03 092
18	Carlitos S. Aguga	Rassul Hena	86 73 42 267
19	Amade António Mussena	Secretário do bairro	
20	José Américo Matobe	Secretario do bairro Tebane	86 73 16 621
21	Andrice Selemane Mussucula	Presidente do comité	Eduardo 84 37 45 300
22	Daniel Zanon Paulo		
23	Mário Samarisse Moises		
24	Manuel Abdul	Pescador	
25	Omardine Sualei	Regulo Passareda	
26	Rafael Abdul Julio		86 79 38 604
27	Tovole Abudele Canana	ANAP	82 89 75 210
28	Tomé C Condiuro	Radio	82 80 18 080
29	Haneed Momade	CCP Presidente	86 72 44 020
30	Selemane Momade	CCP Malua	86 50 77 883
31	Ali Adamuge	Secretário B Baixo A	86 79 79 203
32	Jamal Atifo	Secretário B Missir	
33	Carlos Faunde	SDAE	82 51 43 373
34	Filimone Manhique	SDPI	82 59 29 030
35	Gilberto Gilsaide	Secretário Quichanga	86 57 71 519
36	Manuel Abdul R Faria		
37	Adumane J. Namisse	C C P MAVERANE	82 0 64 484

2.3.Encontro-Cidade de Quelimane

Realizado no dia 11 de Maio de 2015, onde cerca de 15 pessoas participaram do encontro tendo deixado ficar as suas inquietações e sugestões quanto a proposta de palno de maneio.

Antonio Cassamo (SPFB): o que acontece com as concessões já feitas e que agora caem nos limites da APA?

Eurico Morais (Pescas): existem agora conflitos entre as áreas de concessão mineira e as pescas. O processo de concessão mineira deve ser participativa. Deste modo como o sector de minas esta a proceder vai dar muitos conflitos que o próprio governo não vai conseguir resolver. Sabemos que se recolhe ovos em Puga-Puga mas não há controlo.

Carlos Mozom (SPGC): estas consultas só são em Quelimane? A convocatória dizia uma consulta pública com os doadores, será que é possível explicar? Da exposição pareceu uma socialização de ideias. Recolha de contributos.

SPFF: tem visto que as pescas do sector industrial tem infringido os seus limites. Como são autuados? Estas são empresas grandes e pertencem por vezes aos intocáveis. Era bom haver um sistema de monitoria destas embarcações na área de fiscalização da APA. Será possível?

INAMAR: cada industrial tem um dispositivo GPS que indica a sua posição a cada momento, portanto não é difícil monitorar, mas sobre quem deve autuar não sabemos agora com a criação da APA pelo governo como vai ficar.

Cadastro Mineiro: todas as concessões são emitidas ao nível central. Existe também um parecer da província. Mas o distrito fica por vezes de fora assim como as comunidades afetadas. Ainda não tem conhecimento dos limites da APA. Propõe maior coordenação interinstitucional.

2.3.1. Perguntas e Respostas mais frequentes

Durante a partilha da proposta de plano de manejo na Cidade de Quelimane foram comuns nos participantes os seguintes questionamentos e respostas:

Perguntas

O assunto que levantou questionamentos frequentes na cidade de Quelimane foi a actuação da actividade mineira e os impactos negativos que recaem na APA.

- Antonio Cassamo (SPFB): o que acontece com as concessões já feitas e que agora caem nos limites da APA?
- Eurico Morais (Pescas): existem agora conflitos entre as áreas de concessão mineira e as pescas.

Respostas

As respostas foram frequentes em volta da papel que o governo central desempenha a concessão das licenças e na prevenção dos danos para APA.

- INAMAR: cada industrial tem um dispositivo GPS que indica a sua posição a cada momento, portanto não é difícil monitorar, mas sobre quem deve atuar não sabemos agora com a criação da APA pelo governo como vai ficar.
- Cadastro Mineiro: todas as concessões são emitidas ao nível central. Existe também um parecer da província. Mas o distrito fica por vezes de fora assim como as comunidades afetadas. Ainda não tem conhecimento dos limites da APA. Propõe maior coordenação interinstitucional

2.3.2. Lista de Participantes do Encontro- Cidade de Quelimane

Ordem	Nome do Participante	Proveniência	Contacto	Email
1	António R. Cassamo	DRA - SPFFBZ	82 56 39 200	fazeu4anos@gmail.com
2	Aurélio Pedro Sadiana	INAMAR	82 54 86 258	sadiana.aurelio@yahoo.com
3	Domingos Simão Valia	DPTURZ	82 73 83 760	dominicovalia61@gmail.com
4	Kemal Vaz	VERDE AZUL	82 30 31 400	kvaz@verdeazul.co,mz
5	António Mutumene	INAMAR	82 83 49 406	dmutumene@yahoo.com.br
6	Carlos F. Muzougue	GEOGRAFIA E CADASTRO	82 54 42 949	cmuzougue@gmail.com
7	Júlia Ribeiro Lourenço	DPTURZ	82 88 65 807	juliavictor86@gmail.com
8	Selma Augusto Armazia	DPTADER	82 59 98 529	selmartins.martins@gmail.com
9	Delina A.L. Panzecane	DPTADER	82 61 52 227	delinapanzecane@yahoo.com.br
10	Zulmira João Filipe Damião	DPTCZ	84 66 12 424	zulmiradamiao@gmail.com
11	Eurico Morais	IIP	82 02 43 370	kenyeurico@gmail.com / eu_morais1981@yahoo.com.br
12	José Namburete	DPRMEZ	82 43 27 090	josenamburete0@gmail.com
13	Bento Raimundo	DPCAZ	82 57 31 148	
14	José João M. Sumindila	DPCAZ	82 77 82 620	jsumindila@gmail.com
15	Sean Nazerali	VERDE AZUL	82 39 72 000	sean.nazeralignmail.com
16	Hermenegildo A. Alide	DPTURZ	82 47 00 640 84 66 66 791	hermenegildoalide@gmail.com
17	António Osvaldo Paqueleque	DP MICOA		aosvaldo49@yahoo.com.br
18	António Dinis	DP TUR		adinis78@yahoo.com

3. Síntese das Consultas Públicas na Província de Nampula

3.1. Encontro-Distrito de Angoche

No dia 02 de Junho de 2015 a equipe consultora apresentou a proposta de plano de maneo das 8-10 horas na 5ª sessão ordinária do Distrito de Angoche a convite do Director do SDAE de Angoche Miguel Massunda, tendo participado do encontro representantes de diversas instituições públicas. Nesta reunião participaram 22 pessoas, das quais vinte (20) eram do género masculino e duas (2) eram do género feminino.

Os comentários de alguns dos participantes como o administrador do Distrito de Angoche Fonseca Manuel José Etide e o Chefe do SDAE de Angoche felicitavam a iniciativa e reiteravam que a ideia de plano de manejo era muito bem vinda naquele distrito e que esta já devia ter surgido há muitos anos. Qua apresentação feita foi como uma aula para os participantes.

As questões apresentadas nesta secção foram do tipo:

1. Nilton Napoleão: Que assessoria técnica será dada ao Distrito para melhorar a conservação dos ecossistemas, especialmente da *Icuria*, que não tinham conhecimento desta espécie endémica?
2. Sabino Omar Ussene: Será que a APA está em condições de acolher tantos projectos de mineração lançados no cadastro de minas para esta região?

Resposta: Além da APA, as autoridades distritais e comunidades devem ser envolvidas na fiscalização. A participação na Fiscalização deve ser feita de forma organizada e os candidatos a fiscal devem passar por uma formação adequada que lhes confira autoridade de Fiscal da APA. As comunidades residentes nas ilhas serão elementos importantes para a criação do corpo de fiscais.

Recomendações a ter em conta:

Como será possível que a nível dos distritos e localidades os residentes sejam envolvidos e consultados antes da tomada de decisão de emissão de licenças de exploração dos recursos minerais. Deve haver melhor coordenação entre as decisões centrais e as vontades e prioridades distritais. Todos os dirigentes deviam levar a sério a iniciativa do plano de manejo da APA das ilhas I e II^s, visto que Angoche é um distrito vulnerável a desastres naturais como ondas gigantes, enxurradas e mudanças climáticas no geral isso segundo Miguel Massunda e deve se dar apoio a iniciativas de protecção natural. Por outro lado nos últimos tempos tem se verificado a migração de pescadores de uma localidade para a outra devido a escassez de peixe no mar.

As preocupações foram ditas mais em torno das actividades que põem em causa a qualidade ambiental com maior destaque para a mineração que é a actividade que tem sido levada cabo de cima para baixo e não como devia ser. Partir de baixo até ao licenciamento. Sentem que são emitidas as licenças ambientais sem antes se efectuar as consultas públicas. As imagens tiradas na

empresa mineira Kenmar indicam claros problemas de erosão contrariando o seu plano de manejo ambiental como o de repovoar as áreas mineradas com vegetação natural (Sabino Omar Ussene).

Esta sessão de trabalho foi encerrada pelo Representante do Administrador do Distrito de Angoche Fonseca Manuel José Etide ressaltando a necessidade de coordenar as actividades pelas instituições envolvidas no Plano de Maneio de modo a que haja ganhos para o Distrito. Disse que recentemente havia recebido um dossier de mais de 5,000 Km² para pesquisa de hidrocarbonetos na zona e que o mesmo estava a ser analisado.

3.1.1. Perguntas e Respostas mais frequentes

Durante a partilha da proposta de plano de manejo no districto de Angoche foram comuns nos participantes os seguintes questionamentos e respostas:

Perguntas

As preocupações foram ditas mais em torno das actividades que poem em causa a qualidade ambiental com maior destaque para a mineração. As perguntas foram do tipo:

- Será que a APA está em condições de acolher tantos projectos de mineração lançados no cadastro de minas para esta região?

Respostas

As respostas foram repetidas no sentido de reforçar que existe esse sentimento nos participantes dos danos que a actividade mineira tem causado, e da necessidade de adopção de medidas como a implementação do plano de manejo.

3.1.2. Lista de Participantes do Encontro Angoche

Ordem	Nome do Participante	Distrito/Localidade	Instituição	Contacto
1	João Anselmo José Nhama	Angoche	FIPAG	822222335
2	Boaventura Jacinto	Angoche	D.D.Trabalho	842995844
3	Cremildo Armando	Angoche	WWF-PAS	842775966
4	Mussa Mustafe	Angoche	Membro CCP	847463000
5	Celestino João Pedro	Angoche	SDEIT	864843521
6	Clemente Izidoro Loforte	Angoche		844255318
7	João Jone	Angoche	IPAI	826762470
8	Bernardo Mualeite	Nampula	DPTurismo	823291253
9	Manuel Ali	Angoche		
10	Nilton Luís Napoleão	Angoche		848543454
11	Sabino Omar Assane	Angoche	CCP	826644710
12	Alves Saul	Angoche	EDM	825029080
13	José Augusto	Angoche	PRM	825404126
14	Anselmo M. A. Namahura	Angoche	SDPI	848533668
15	Miguel Massunda Junior	Angoche	SDAE	861115449
16	Catarina M. A. E. Vasco	Angoche	ADMAR	842986135
17	Manuel João	Angoche		825411153
18	Latibo Abílio Oficial	Angoche	TDM	847501243
19	Kemal Vaz		Verde Azul Consult Lda	
20	Peter Abechtel		Verde Azul Consult Lda	
21	Regina Tomo		Verde Azul Consult Lda	848152163

3.2. Comunidade de Tamole:

Realizou-se ainda no mesmo dia 02 de Junho de 2015 pelas 14:00, a consulta pública na comunidade de Tamole, no entanto a população presente não era nativa da área, mas sim reassentada da ilha de Búzio e estava composta por pessoas maioritariamente do sexo masculino e com as seguintes funções: Director da escola, lider religioso, representante da comunidade a nível político e a comunidade maioritariamente composta de pescadores. Eram cerca de 49 participantes, sendo 44 pessoas do sexo masculino e cinco (5) do sexo feminino.

Fabião Omar Inglês (diretor da Escola local): Ressaltou nesta reunião a importância da consulta que estava sendo realizada pois reconhecem que só assim a base pode obter conhecimentos; que a iniciativa da WWF de priorizar a construção da escola foi muito boa e pode servir como uma base de ensinamentos às crianças sobre a APA, as comunidades reconheceram ainda que o corte do mangal não é benéfico ao meio ambiente pois sofreram com a inundação na Ilha de Buzio devido às atividades de corte indiscriminado de mangal, hoje a ilha esta deserta. Afirmaram existir aumento de empresas nos últimos tempos capturando o camarão miúdo e prejudicando as comunidades, no entanto sugere-se a capacitação não só das comunidades, mas principalmente dos pescadores industriais pois são os que mais danos causam a natureza.

Que haja a compensação pelos operadores da área pelos danos que tem causado a natureza através de ações de responsabilidade social a pesca com artes de redes mosquiteira deve existir devido á necessidade da captura da anchoveta, mas que só acontece 3 meses do ano (Maio a Julho). Se seria possível o uso desta arte neste período?

Para além do contributo para o plano de manejo a comunidade apresentou a suas preocupações com as grandes empresas de chineses atuando tanto no âmbito das areias pesadas assim como no mar Os efeitos não contribuem para a riqueza das populações locais, os impactos são grandes na flora (acabando com os cajueiros e ervas marinhas) e da desvantagem que estes mesmos criam na captura dos recursos pesqueiros, sendo muito poucas as quantidades para a comunidade e muito elevadas para os Chineses. Nem sequer declaram as suas capturas, tratam mal os poucos marinheiros locais que empregam. Não conseguem saber porque embarcações estrangeiras são autorizadas de pescar nas zonas para o sector familiar e de subsistência. Porque não deixam as licenças de pesca até um certo limite para decisão local (CCPs).

Faki Amade Abdala: tem havido sabotagem por outros pescadores quando puxam a rede de arrasto. Quando existem conflitos como reportam e a quem?

Ali Chale, jovem pescador: como é possível abandonar a rede mosquiteira? Assim vou ficar sem dar jantar á minha família e morremos de fome.

Esclarecimento: Existem limites de pesca estabelecidos pela lei de pesca para as classes de embarcações licenciadas. A pesca de subsistência teria um direito exclusivo até á linha das 3 milhas da costa, alem deste limite as embarcações industriais podem fazer a pesca. O que acontece é que

existe uma cláusula que deve ser revista sobre as licenças dos semi-industriais que podem pescar até ao limite de 1 milha da costa. De facto as licenças são revistas para os industriais numa base anual, mas é um número Clauso. Seria recomendado que o sector de pescas estude melhor como proceder em termos de licenciamentos dentro das áreas de proteção assim como fora delas dando maior cabimento á descentralização permitindo que o distrito possa se responsabilizar pelos recursos á sua governação. Assim deve haver maior coordenação na emissão destas licenças desde o nível Nacional, Provincial e Distrital.

A rede mosquiteira está interdita por lei e vocês sabem. Se um só parar o uso desta arte ilegal, sim vai morrer de fome, mas se todos pararem de usar mosquiteira então todos vão ter jantar.

3.2.1. Perguntas e Respostas mais frequentes

Duarante a partilha da proposta de plano de maneio na comunidade de Tamole foram comuns nos participantes os seguintes questionamentos e respostas:

Perguntas

As perguntas dos participantes estavam repetidas em volta dos conflitos entre os pescadores artesanais e os pescadores industriais onde colocaram perguntas do tipo:

- Porque embarcações estrangeiras são autorizadas de pescar nas zonas para o sector familiar e de subsistência?
- Porque não deixam as licenças de pesca até um certo limite para decisão local (CCPs)?

Respostas

As respostas dadas pelos participantes foram comuns quando referiam que seria recomendado que o sector de pescas estude melhor como proceder em termos de licenciamentos dentro das áreas de proteção assim como fora delas dando maior cabimento á descentralização permitindo que o distrito possa se responsabilizar pelos recursos á sua governação. Assim deve haver maior coordenação na emissão destas licenças desde o nível Nacional, Provincial e Distrital

3.2.2. Lista de Participantes do Encontro Tamole

Ordem	Nome do Participante	Distrito/Localidade	Instituição	Contacto
1	Omar Ibraímo Omar	Angoche		861624447
2	Costa Estevão Mualea	Angoche	Professor	876336772
3	Alde José	Angoche		
4	Ibraímo Alí	Angoche		
5	Ossufo Alí	Angoche		
6	Ali Braímo Assane	Angoche		
7	Omar Ossufo Sulemene	Angoche		
8	Saíde Mussa	Angoche		
9	Omar Alí	Angoche		
10	Daúdo Ossufo	Angoche		
11	Maiquel Alí	Angoche		
12	Ernesto Ibraímo	Angoche		
13	Momade Júlio	Angoche		
14	Amisse Jaime	Angoche		
15	Mael Anate	Angoche		
16	Molide Assane	Angoche		
17	Selemane Alí	Angoche		
18	José Guide	Angoche		
19	Domin	Angoche		
20	Amdo	Angoche		
21	Abdal	Angoche		
22	Atija Assane	Angoche		
23	Jaime Braímo	Angoche		
24	Mecossete Alí	Angoche		
25	Ali Braímo	Angoche		
26	Manuel Muareua	Angoche		
27	Amisse	Angoche		
28	Alí Carzal	Angoche		
29	Faque Amade Abdala	Angoche		
30	Ali Manule	Angoche		
31	Jamal Maximiano	Angoche		
32	Damoma	Angoche		
33	Jamal Alberto	Angoche		
34	Fabião Omar	Angoche		
35	Alima Alí	Angoche		

36	Carlos Mussa	Angoche		
37	Sura Miguel	Angoche		
38	Assane Geremias	Angoche		
39	Paulino Sena	Angoche		
40	Arminda Ámito	Angoche		
41	Hussufo Sulemane	Angoche		
42	Alí Sulemane	Angoche		
43	Kissua Alí Chande	Angoche		
44	Assane Assane	Angoche		
45	Prachi Manuel	Angoche		
46	Mucassete Carlos	Angoche		867383673
47	Kemal Vaz		Verde Azul Consult Lda	
48	Peter Abechtel		Verde Azul Consult Lda	
49	Regina Tomo		Verde Azul Consult Lda	848152163

3.3.Encontro- Governo Provincial de Nampula

Realizado no dia 03 de Junho de 2015, o encontro provincial contou com a presença de instituições tradicionais e de algumas instituições privadas, sendo no seu todo dezoito (18) participantes do sexo masculino e um (1) do sexo feminino.

As questões apresentadas:

Jaime Mario (chefe provincial da polícia lacustre e marinha): Na interpelação de pessoas em posse de espécies protegidas, que medidas tomar?

Esclarecimento feito:

Jordão Mutimula questionou sobre o nível de envolvimento das comunidades e instituições na elaboração da proposta de plano de manejo e como pode se ver a coogestão na APA? E como identificar que o corte do mangal é para o consumo ou comercialização.

O que está a ser acautelado para as comunidades, no âmbito da emissão de licenças de mineração sem a realização prévia de consultas públicas e até que ponto há coordenação dos ministérios? São as questões feitas por Baptista Sande da Solidariedade Moçambique.

Aníbal dos anjos representante da Green Resources questionou se existem mecanismo ou formas de expansão das espécies protegidas dentro ou fora da APA? E ainda se o plano de manejo está acompanhado de algum plano de acção?

O debate dos participantes presentes possibilitou a recolha das seguintes informações:

Eng. Sande (Diretor Provincial de Florestas):

Os procedimentos a serem seguidos pela polícia ao encontrar os capturadores das espécies proibidas como p. e. a tartaruga deve ser encaminhada ao sector de tutela. Neste caso legislado na Lei de Floresta e Fauna Bravia, anteriormente na DPA agora na DPTADER que deve ser o emissor da multa. Neste acto deve ser formalizado com nome do Denunciante (pode ser o agente da PRM e o autuante, responsável do sector em causa). Este formalismo permite depois canalizar parte da multa aos intervenientes. Reforçou-se ainda que por Lei a captura da tartaruga não é permitida constituindo uma infração da lei de pesca;

Salimo Omade (DP Pescas): Falou da pesca de arrasto onde referenciou-se a existência de um estudo para se banir a pesca de arrasto, por completo aliás já em exercício em outros países como Senegal e Quénia; A Necessidade de o Plano de Maneio estar protegido pelo governo, é importante e é uma boa iniciativa a realização de consultas comunitárias antes que os projetos sejam aprovados; esta é uma província com muita experiencia em Cogestão através dos CCPs.

Reforçou-se o uso do instrumento de Zoneamento, através dos comités de recursos naturais nas comunidades; Sugeriu-se o uso da rede de emalhar e abandono da pesca de arrasto, o estabelecimento de um acordo de cogestão da APA, a criação de fiscais comunitários para melhor defesa dos seus recursos e a criação de novos viveiros de espécies pesqueiras nas zonas próximas ao mangal. Querem entender como se pode permitir o corte de mangal para fins de uso pessoal e familiar e proibido para fins comerciais. Grande parte da população vai ao mercado comprar vários produtos vindo desta espécie.

E mais uma vez foi deixada a insatisfação para a concessão de grandes licenças na atividade mineradora, sem a efetuação das consultas públicas, sem a mínima cautela com os recursos naturais da comunidade.

Batista, Solidariedade Moçambique: tem conhecimento de terem sido licenciadas 98,000 Há para mineração. Mas a nível do distrito pouca informação existe. Não é debatido em fóruns públicos.

Anibal do Anjos (Green Resources): será possível propor uma multiplicação das espécies endémicas desta APA? O Plano de manejo deve conter um plano de Ação.

Cremildo (WWF-CARE): existem ilhas a mais de 15 milhas com plano de zoneamento. Deviam também haver zonas do estuário abrangidos pelo zoneamento. Estamos a falar de mais de 1 milhão de hectares.

Sande (DP Florestas Nampula): Propõe que apos aprovação deste PM o mesmo seja divulgado em sessão do Governo de Nampula para lhe poder alavancar ao nível das administrações de Angoche, Larde e Moma. Também hoje existe a necessidade do um conceito mais alargado sobre os concelhos de gestão. Deveremos pensar que os concelhos tem de estar preparados para gerir os recursos naturais incluindo as pescas.

Segunda ronda:

Mugo Sete (DP Minas): a primeira licença é uma licença de prospeção e pesquisa (LPP) e o objetivo é muito simples é ver se vale ou não a pena explorar o recurso mineral em causa. A segunda licença é a concessão mineira esta já é mais complexa e deve ser acompanhada de um estudo ambiental e o respectivos DUAT. Sobre esta licença paga-se um imposto de superfície que é importante para o sector e para ao estado. O sector tem estado a recomendar a plantação de casuarinas apos a perturbação de solos como forma de evitar a erosão.

Em POTONE, que é uma floresta sagrada foi feito um trabalho pelo ITC no âmbito de emissão de certidões de delimitação comunitária. No entanto quase um terço desta área está dentro da APA como poderão trabalhar e incluir toda floresta na APA? Tem havido muitos desmandos e inclusive algumas comunidades agora dão autorização de corte de madeira dentro da floresta. Neste momento existem cerca de 12 comunidades com certidões.

O Licenciamento de fiscais comunitários pode inspirar na LOLE que ao nível de distrito da competências para se ajuramentar estes fiscais.

3.3.1. Perguntas e Respostas mais frequentes

Durante a partilha da proposta de plano de maneio no encontro provincial foram comuns nos participantes os seguintes questionamentos e respostas:

Perguntas

O assunto que mais questionamentos levantou aos participantes do encontro foi a emissão de licenças de mineração e a operacionalização do plano de maneio da APA, tendo sido repetidas perguntas do tipo?

- O que está a ser acautelado para as comunidades, no âmbito da emissão de licenças de mineração sem a realização prévia de consultas públicas e até que ponto há coordenação dos ministérios?
- O plano de maneio está acompanhado de algum plano de acção?
- Qual vai ser o envolvimento da comunidade?

Respostas

As respostas foram repetidas referenciando que:

- Há envolvimento de vários actores da sociedade e do governo e que o mesmo deve investir na criação de normas de compensação dos danos, que estão a ser causados pela actividade mineira a longo prazo e principalmente deve-se efectuar as consultas públicas antes da emissão das licenças envolvendo assim as comunidades.

3.3.2. Lista de Participantes do Encontro Provincial

Ordem	Nome do Participante	Distrito/ Localidade	Instituição	Contacto
1	Zefanias Arone	Nampula	OLIPA	844043073
2	Jaime Mário	Nampula	PRM	842991350
3	Salimo A. Omar	Nampula	ADNAP	846496918
4	Sabino Omar Assane	Angoche	CCP	826644790
5	Marcos Jorge Assane	Angoche	WWF-CARE	845846595
6	Bernardo Mualeite	Nampula	DPTur	823891253
7	Victor Lopes	Nampula	DPAmbiente	848661033
8	Mucassete António	Nampula	DPREME	826757070
9	Jordão Matimule Júnior	Nampula	AENA	843024424
10	Aníbal dos Anjos	Nampula	LGR	824478140
11	Luís Tomás sande	Nampula	DPA/SPFPB	847197126
12	Walef Manuel	Nampula	FórumTerra	844167787
13	Arcádio Dugula	Nampula	ORAM	849286416
14	Baptista Muchaiabande	Nampula	SoldMoz	849396310
15	Crimildo Armando	Angoche	WWF-CARE	842773966
16	Kemal Vaz		Verde Azul Consult Lda	
17	Peter Abechtel		Verde Azul Consult Lda	
18	Regina Tomo		Verde Azul Consult Lda	848152163

3.4. Mergulho nos corais de Puga-Puga e consulta de Comunidade de Masiwane, atrás de Ilha Abdul Remane

No dia 04 de Junho de 2015 com representantes da WWF-CARE, do CCP de Angoche e da ANAC efetuamos uma visita a ilha de Puga Puga onde pode observar que na parte terrestre da mesma encontrava-se um grupo formado por 30 pescadores, com um acampamento montado e colman contendo gelo uma vez que levariam dias na ilha, desenvolviam a pesca de arrasto com arte ilegal. Isto constitui uma ameaça ao Habitat da Gaivinha que migra para outras áreas, perdendo-se deste modo a biodiversidade local. Constatou-se ainda que estes conseguem capturar menos de 10 kgs em cada lançamento da rede, e as espécies capturadas eram o peixe carapau cavala e o juvenil do salmonete. A equipe efetuou ainda o mergulho nas águas da ilha de Puga Puga que revelaram um estado degradado dos recifes de coral, que subentende-se que seja resultado da prática da pesca de arrasto que tem sido efetuada naquela área de proteção ambiental, tendo sido visto varias embarcações a pescar em cima dos recifes. Por outro lado notou-se também grande impacto sobre os corais devido a erosão provocada pela grande chuva que abateu a região recentemente. Esta situação é deveras prejudicial e já antes de 2012 era proibida. Tudo o que se viu nesta visita é inaceitável do ponto de vista da conservação.

Em seguida realizamos encontro na Comunidade de Masizwane, distrito de Angoche a consulta publica envolvendo a comunidade residente e as autoridades locais com o objectivo de apresentar e ouvir da mesma as preocupações e contribuições para o plano de maneio da APA da Ilhas I e IIs. Na consulta a comunidade, notou-se a preocupação dos membros quanto ao envolvimento da comunidade nas atividades de gestão e com a exploração ilegal o que levou a apresentação das seguintes questões:

Jumo Ussene quis saber qual será o trabalho a ser realizado pelo fiscal da área, quem serão os seleccionados da comunidade para desempenhar a mesma função e se o plano de maneio pertencerá a povo de Masizwane.

Chale Momade apresentou a sua preocupação com a não observância das normas de pesca pelos pescadores estrangeiros que chegam na localidade e pescam principalmente o caramujo (molusco – caracol) afirmando que o mar e seus recursos são obra de Deus. Este atos segundo o mesmo

criam grandes desvantagem para a população residente, que fica sem os seus recursos de subsistência. Quis ainda saber se o caramujo será a espécie abrangida para a proteção? Diz que em tempos quando chega ao mês de Julho a Setembro pode-se processar cerca de 2 sacos de Caramucho podendo trazer de volta a mandioca que muita falta dá.

Muachumo Suciá a única mulher que participou da consulta quis saber das áreas a serem abrangidas pelo projecto que tinha sido previamente apresentado. E caso fosse o projecto pertencente ao Governo com quem este trabalharia na localidade?

Que trabalho fará o fiscal seleccionado de Masizwane para ilha de Puga Puga e qual será o papel da população restante, foi o questionamento feito por Jumo Ussene e quanto ao mangal, afirmou que comunidade fazia a reposição, mas não houve reconhecimento e gozo dos benefícios. Usou ainda justificações culturais como os antepassados não sabiam do replantio do mangal, razão para eles também não o fazerem.

A resposta dos consultores quanto a estes posicionamentos é de que a ação ambiental não tem muita das vezes benefícios diretos e imediatos. Sobre a fiscalização todas atividades vão estar bem descritas no PM, mas que irão ser contemplado todos aqueles que forem aprovados na formação exigida por lei. Vamos propor que os comités de gestão tenham um papel nesta componente de fiscalização.

Esta ilha tem muitos habitantes mas não existe emprego para todos, sentimos fome, como o governo vai empregar a todos?

Esclarecimento: não é papel do governo de dar emprego, mas sim de criar condições para haver maior investimento através do sector privado. Estes com suas empresas podem dar emprego ás pessoas. Para isto tem de haver condições para que se invista mais nesta ilha.

3.4.1. Perguntas e Respostas mais frequentes

Durante a partilha da proposta de plano de manejo em Masizwane foram comuns nos participantes os seguintes questionamentos e respostas:

Perguntas

- Como o governo vai empregar a todos?

- Como vai acabar com a fome?
- Qual vai ser o trabalho do fiscal?

Respostas

- Sobre a fiscalização, todas atividades vão estar bem descritas no PM, mas que irão ser contemplado todos aqueles que forem aprovados na formação exigida por lei. Vamos propor que os comités de gestão tenham um papel nesta componente de fiscalização.

3.4.2. Lista de Participantes do Encontro de Masizwane

Ordem	Nome do Participante	Distrito/ Localidade	Instituição	Contacto
1	Anchia Alite	Masizwane		
2	Julieta Abudo	Masizwane		
3	Fátima Saíde	Masizwane		
4	Amina Atuma	Masizwane		
5	zalí Adaúda	Masizwane		
6	Fátima Issufo	Masizwane		
7	Mariamo Alde	Masizwane		
8	Amina Assane	Masizwane		
9	Adija Issufo	Masizwane		
10	Amina Muempa	Masizwane		
11	Fátima Ibraímo	Masizwane		
12	Muapeta Mussa	Masizwane		
13	Sarramala Amisse	Masizwane		
14	shal Mohamad	Masizwane		
15	Daúde Abudo	Masizwane		
16	Hussene Mutumane Alide	Masizwane		
17	Abel Braímo Latifo	Masizwane		
18	Atija Assane	Masizwane		
19	Muachumo Suciá	Masizwane		
20	Muandawa Abacar	Masizwane		
21	Mariano Abubacar	Masizwane		
22	Amina Omar	Masizwane		
23	Suhura Abdala	Masizwane		
24	Acozele Vita	Masizwane		
25	Suhura Atumane	Masizwane		

26	Mariamo Alí	Masizwane		
27	Sabibe Hussene	Masizwane		
28	Mariame Hussufo	Masizwane		
29	Anifa Mequissirima	Masizwane		
30	Arminda Amisse	Masizwane		
31	Hussufo Chale	Masizwane		
32	Cremildo Armando	Angoche	WWF-CARE Aliança	842773966
33	Bernardo Mualeite	Nampula	DPTurismo	823891253
34	Chale Ajinegocio	Masizwane		
35	Abú Isidro	Angoche	AENA	847791365
36	Kemal vaz		Verdeazul	
37	Marcos Assane	Angoche	WWF-CARE	845846595
38	Peter Bechtel			
39	Omar Assane	Masizwane		
40	Sabino Omar	Angoche		
41	Ibraímo Amade	Masizwane		
42	Issufo Muamade	Masizwane		
43	Momade Manuel	Masizwane		
44	Ossufo chame	Masizwane		
45	Ossufo Mecusseril	Masizwane		
46	Mutumwane Halte	Masizwane		
47	Assane Málite	Masizwane		
48	Sáide Omar	Masizwane		
49	Assane Atumane	Masizwane		
50	Amade Mohamad Spelhemumo	Masizwane		
51	Assane Salimo	Masizwane		
52	Eduardo Amorinho Ayuba	Masizwane		
53	Juma Hussene	Masizwane		
54	Mohamad Seguimahombe	Masizwane		
55	Omar Assane Abacar	Masizwane		
56	Alido dos Santos Omar	Masizwane		

3.5.Encontro-Distrito de Larde

No dia 05.06.2015 a reunião realizou-se no posto administrativo Larde Sede, no Distrito de Larde, contou com a participação da comunidade dos secretários do Bairro, dos Líderes comunitários e do Chefe do posto administrativo do distrito. Foi uma das consulta com um número elevado de participantes, constituído um total 140 pessoas na sua maioria homens.

As questões arroladas pelas comunidades refletiam a preocupação que as mesmas tinham quanto a implementação do plano de manejo e consistiam no seguinte:

Eugênio Carlos membro da comunidade: Quais são os procedimentos estabelecidos no plano de manejo para a pesca nas pequenas lagoas?

Issa Ali Mohamad: Como proceder corretamente na pesca artesanal através cercos com rede de pau, visto que nesta é capturado todo o tipo de peixe sem seleção?

Chauri Atumane, membro da mesma comunidade: qual é o posicionamento do governo na problemática da erosão causada pelo aumento do nível caudal dos Rios.

José Amisse membro da comunidade, quis saber sobre as possibilidades de realizar a pesca, nas pequenas lagoas que se forma quando o rio vaza periodicamente, que por vezes possuem recursos pesqueiros.

Avelino José questionou até que ponto vai a proibição da pesca de iluminação, visto que a vezes que os pescadores saiem muito cedo (as 4h) e ficam no mar até ao dia seguinte.

Comentários e Sugestões:

Para Cristina Adamo residente no distrito de larde uma vez que o plano de manejo cria restrições nas áreas de pesca, sugere que se permita o uso das lagoas para as actividades de subsistência e Serafim Saíde Mucupoe reforçou as ideias trazidas pela equipe consultora ao afirmar a existência da necessidade de fiscalização das APAs, devido a pesca descontrolada e brusca que tem ocorrido.

Esclarecimentos: dos consultores foram feitas em volta das questões apresentadas e permitiram melhor percepção de que a decisão de permitir que pescadores de outras regiões possam pescar ou não é totalmente da comunidade local, que a pesca de iluminação é aquela que usa as lanternas

para atrair os peixes e que é apenas aceite o uso de lanternas para iluminação do trajeto. A cobrança de taxas é da responsabilidade do governo, através dos CCP, e que a liberdade de pesca nas lagoas, depende do tipo de lagoas, sendo as periódicas as que são totalmente liberadas.

Ressaltou ainda a equipe a importância dos mangais para o combate a erosão e que o seu corte contribui no aumento do problema e na redução dos recursos pesqueiros. E para ultrapassar esse problema que tem ocorrido neste distrito as estratégias de ação mais vulgares são a engenharia e o plantio da vegetação. A engenharia é muito cara e deve-se recorrer a plantio de vegetação apropriada, no caso de não haver um substrato para o desenvolvimento de Mangal.

3.5.1. Perguntas e Respostas mais frequentes

Durante a partilha da proposta de plano de manejo no Distrito de Larde foram comuns nos participantes os seguintes questionamentos e respostas:

Perguntas

- Quais são os procedimentos estabelecidos no plano de manejo, quanto ao lugar e tipo de pescado e a pesca de iluminação?

Respostas

- É aceite o uso de lanternas para iluminação do trajeto. A cobrança de taxas é da responsabilidade do governo, através dos CCP, e que a liberdade de pesca nas lagoas, depende do tipo de lagoas, sendo as periódicas as que são totalmente liberadas.

3.5.2. Lista de Participantes do Encontro Larde

Ordem	Nome	Distrito/Localidade	Instituição	Contacto
1	Chame Martinho	Larde Sede		
2	Daude Amade	Larde Sede		
3	Carlos Amaral	Larde Sede		
4	Nata Semoler	Larde Sede		
5	António Beto	Larde Sede		
6	Eusébio Mucusse	Larde Sede		
7	Júlio Almeida Corretis	Larde Sede		
8	Manuel Mussa Amurane	Larde Sede		

9	Costa Pereira	Larde Sede	secretário do Bairro	
10	Alfredo Uossa	Larde Sede		
11	Npile Ermanato	Larde Sede		
12	Serafim Saíde Mucupane	Larde Sede		
13	José Francisco Ussene	Larde Sede		
14	João Fonseca	Larde Sede		
15	Iacumba José Ali	Larde Sede		
16	João Mucussete	Larde Sede		
17	António Paulo	Larde Sede		
18	António Mequita	Larde Sede		
19	Ussene Cumba	Larde Sede		
20	Benjamim A. Tomás	Larde Sede		
21	Bernardo Mualeite	Larde Sede		
22	Abdul Assuate	Larde Sede		
23	Amade António	Larde Sede		
24	Muemacha Chande	Larde Sede		
25	Laurindo Ossufo	Larde Sede		
26	Muazena Jamal	Larde Sede		
27	Abú José	Larde Sede		
28	Bacar Ossufo	Larde Sede	CCP	
29	Abacar Atumane	Larde Sede		
30	Carlitos José	Larde Sede	Secretário do Bairro	
31	Vagarinho Assane	Larde Sede		
32	Manuel Momed	Larde Sede		
33	Raúl Pequeno	Larde Sede		
34	Ausse Napuerara	Larde Sede		
35	Damasso José	Larde Sede		
36	Martins Simples	Larde Sede		
37	Júlio Braímo	Larde Sede		
38	Alberto Nussa	Larde Sede		
39	António	Larde Sede		
40	Jamisse	Larde Sede		
41	Amisse sarajabe	Larde Sede		
42	Marcos Jorge Assane	Larde Sede		
43	Julião José	Larde Sede		
44	Manuel Sumaila	Larde Sede		
45	Bernardo Zito	Larde Sede		
46	António F. Chale	Larde Sede		
47	Fernando Muacane	Larde Sede		

48	Gabriel Tereto	Larde Sede		
49	Muaru Amade	Larde Sede		
50	André Alfredo	Larde Sede		
51	Alde Alfredo	Larde Sede		
52	Fernando João Ussene	Larde Sede		
53	Amade Abdala	Larde Sede		
54	Alberto Essumaíle	Larde Sede		
55	Cristina Adamo	Larde Sede		
56	Fernando Chune	Larde Sede		
57	Augusto Naçema	Larde Sede		
58	Raimundo Mala	Larde Sede		
59	Eugênio Sulemamne	Larde Sede		
60	David Mussa	Larde Sede		
61	Daniel Braimo Fogo	Larde Sede		
62	Eugênio Carlos José	Larde Sede		
63	Albertino Eugênio	Larde Sede		
64	Carlitos José	Larde Sede		
65	Joaquim Celestino Sulemane	Larde Sede		
66	Eugênio Mualama	Larde Sede		
67	Adelino Manuel	Larde Sede		
68	Assane Muesevel	Larde Sede		
69	Aquituvela Chale	Larde Sede		
70	Carlos Abacar	Larde Sede		
71	Licolane Mussa	Larde Sede		
72	Ejumael Mozinho	Larde Sede		
73	Sáide Assane	Larde Sede		
74	Jamal Cassino	Larde Sede		
75	Fernando Cassimo	Larde Sede		
76	Terra António	Larde Sede		
77	Fernando Pinho	Larde Sede		
78	Daípo Mauricio	Larde Sede		
79	Eusêbio Hacade	Larde Sede		
80	Daúda Manuel	Larde Sede		
81	Abú Manuel	Larde Sede		
82	Auba Daúda	Larde Sede		
83	Jamal Daúda	Larde Sede		
84	Augusto Oliveira Mudane	Larde Sede		
85	Fátima António	Larde Sede		
86	Chale Abudo	Larde Sede		

87	Chico Soares	Larde Sede		
88	Muquene Atumane	Larde Sede		
89	Chaur Atumane	Larde Sede		
90	Raisse Frederico	Larde Sede		
91	Issa Ali Momade	Larde Sede		
92	Avelino José Gonçalves	Larde Sede		
93	Henriques Mário Amaral	Larde Sede		
94	Lourenço Gombo	Larde Sede		
95	Muhinte Omar	Larde Sede		
96	Chaur Ferreira	Larde Sede		
97	Domingos Nivarette	Larde Sede		
98	Age Sulemane	Larde Sede		
99	Alberto Barbosa	Larde Sede		
100	Alberto Abudalo	Larde Sede		
101	Armando Paulo	Larde Sede		
102	Damião da Silva	Larde Sede		
103	Ali Amisse	Larde Sede		
104	Zito Afonso	Larde Sede		
105	Amapouca Jauca	Larde Sede		
106	Juma Oliveira	Larde Sede		
107	Sábado António	Larde Sede		
108	Ali Age	Larde Sede		
109	Enoque Manuel	Larde Sede		
110	Chale Sulemane	Larde Sede		
111	Raja Sataca Amade	Larde Sede		
112	Carlitos Albino Carlos	Larde Sede		
113	Chauri Ferreira	Larde Sede		
114	Armando Chale Loia	Larde Sede		
115	Armando João Braimo	Larde Sede		
116	Amade Muquissifa ossufo	Larde Sede		
117	Ussene Momade	Larde Sede		
118	João Mula	Larde Sede		
119	Momar Sulemane	Larde Sede		
120	Eusébio Obra	Larde Sede		
121	Chapape António	Larde Sede		
122	Régulo Curocuro	Larde Sede	Régulo	
123	Augusto Gabriel Amisse	Larde Sede	Secretário de Bairrp	
124	Gilberto Chavier Pene	Larde Sede	Tec-pescas SDAE	846917983
125	Ussufo Lourenço	Larde Sede	EDPPE	863525315

126	Mamade Mussussina	Larde Sede		
127	Dino Jamal	Larde Sede		
128	Abú Chale	Larde Sede		
129	Mário Gaita	Larde Sede		
130	Augusto Chuvé	Larde Sede		
131	Laurino Amade	Larde Sede		
132	Alí suleman	Larde Sede		
133	Candido F. Ualuto	Larde Sede	SDAE	840758689
134	Augusto Luciano Aiúbo	Larde Sede	Posto A. Sede	844725500
135	Jaime Raja	Larde Sede		861432003
136	Sulemane Jamal	Larde Sede		
137	Omar Assane	Larde Sede		
138	Kemal Vaz		Verde Azul Consult Lda	
139	Peter Abechtel		Verde Azul Consult Lda	
140	Regina Tomo		Verde Azul Consult Lda	848152163

3.6.Reunião Comunitária de Nanterra (10 kms de Larde Sede)

Ainda no dia 05 de Junho de 2015, realizou-se na comunidade de Nanterra no Distrito de Larde, a segunda consulta pública que contou com a presença de um número estimado de 320 pessoas constituídas maioritariamente por mulheres. A apresentação da proposta de Plano de manejo suscitou algumas dúvidas, elucidou em vários aspetos os participantes facto este que permitiu o surgimento de algumas sugestões.

O participante Armando Manuel Sumaíla, sugere que as medidas de punição sejam severas e rigorosas quando não há o cumprimento das normas de pesca pela população. E considera ainda que a falta de peixe resulta mesmo deste incumprimento das normas e que se o governo for rigoroso a comunidade também será.

Amir Momade sugeriu que fossem criadas outras actividades alternativas de subsistência para a comunidade enquanto se estiver a cumprir com o tempo de espera de crescimento do pescado.

“A pesca é a única atividade de subsistência que temos, e se formos vedados a pesca vamos morrer pois é através do pescado que fazemos a troca por outros productos” essa foi a preocupação quanto ao plano apresentada por Daúde Assane Chade; por outro lado não existe outras atividades que são remuneradas, muita falta de emprego. Isto nos deixa em condições de dependência da pesca.

Sualé Sulemane justificou como razão para o não abandono do uso da rede mosquiteira a falta de condições financeiras, mesmo reconhecendo que esta prática é prejudicial.

As questões que a comunidade colocou consistiam no seguinte: Como será feita a fiscalização visto que o controle dos barcos que pescam em alto mar é difícil, foi a questão colocada por Salimo Assumane.

A reação dos consultores foi de primeiramente explicar mais uma vez, em que consiste o plano de manejo e respondendo a pergunta da fiscalização no alto mar referiu que o Governo deve trabalhar com as comunidades. Foi ainda uma consulta marcada de vários aplausos e de uma grande participação activa das mulheres.

3.6.1. Perguntas e Respostas mais frequentes

Durante a partilha da proposta de plano de manejo em Nanterra foram comuns nos participantes os seguintes questionamentos e respostas:

Perguntas

- Quais são as outras alternativas de sobrevivência que serão dadas a comunidade, visto que esta é completamente dependente da actividade pesqueira?
- Como será a fiscalização?

Respostas

- O Governo deve trabalhar com as comunidades na fiscalização.

3.6.2. Lista de Participantes do Encontro Larde-Nanterra

Ordem	Nome	Distrito/Localidade	Instituição	Contacto
1	Osório Abdala	Larde lantera		
2	Sebastião José Muícoha	Larde lantera		
3	Etevilna Alberto	Larde lantera		
4	Muaji Muaissufo	Larde lantera		
5	Sura Chande	Larde lantera		
6	Ghamo Assane	Larde lantera		
7	Zaina Ulassico	Larde lantera		
8	Zena Pulamují	Larde lantera		
9	Maria Chade	Larde lantera		
10	Rosalina Arte	Larde lantera		
11	Abú Alfredo	Larde lantera		
12	Omar Alimo	Larde lantera		
13	Fátima Momade	Larde lantera		
14	Feliza Macário	Larde lantera		
15	Atija Ali	Larde lantera		
16	Elisa Paralisco	Larde lantera		
17	Laurinda Amisse	Larde lantera		
18	Mucussete Murure	Larde lantera		
19	Maxilimo Abraímo	Larde lantera		
20	Rabia Mboroco	Larde lantera		
21	Aicha Assane	Larde lantera		
22	Atumane Saíde	Larde lantera		
23	Satar Alí	Larde lantera		
24	Salimo Assumane	Larde lantera		
25	Momad Raúl	Larde lantera		
26	Abacar Ussene	Larde lantera		
27	João Anselmo	Larde lantera		
28	Assane fereira	Larde lantera		
29	Macassara Momade	Larde lantera		
30	Momade Chico	Larde lantera		
31	Alí Naquipo	Larde lantera		
32	Daúde Manuel	Larde lantera		
33	Luís Altomar	Larde lantera		
34	Abú José	Larde lantera		
35	Mussa Amade	Larde lantera		
36	Najira Hussene	Larde lantera		

37	Abacar Mussa	Larde lantera		
38	Domingos João	Larde lantera		
39	Adolfo Jaime	Larde lantera		
40	Sualí Sulemane	Larde lantera		
41	Abú Tuísa	Larde lantera		
42	Eugénio Artur	Larde lantera		
43	Zoel Silveira	Larde lantera		
44	Cecília Carlos	Larde lantera		
45	Albino Francisco Momad	Larde lantera		
46	Orlando Hussene	Larde lantera		
47	Sulemane Culete	Larde lantera		
48	Amir Momad	Larde lantera		
49	Domingos Mário Amaral	Larde lantera		
50	Assane José Joaquim	Larde lantera		
51	Atumane Padre	Larde lantera		
52	Edrice Zubaide	Larde lantera		
53	Assane Soita	Larde lantera		
54	Chabane Amade	Larde lantera		
55	Hussene Alí	Larde lantera		
56	Daúde Assane Chande	Larde lantera		
57	Muhindo Suber	Larde lantera		
58	Júlio Manuel	Larde lantera		
59	Artur Ecume	Larde lantera		
60	Farero Assane	Larde lantera		
61	Anastácio Hussene Combo	Larde lantera		
62	zemane Saíde	Larde lantera		
63	Juma Momade	Larde lantera		
64	João Manuel Muiyate	Larde lantera		
65	Assane José	Larde lantera		
66	Zeicha João	Larde lantera		
67	Pinto João	Larde lantera		
68	Momade Ussene	Larde lantera		
69	Júlio Anfonso	Larde lantera		
70	Crimilda Assane	Larde lantera		
71	Anifa Sulemane	Larde lantera		
72	Luísa Mussa	Larde lantera		
73	Adelino Ussufo	Larde lantera		
74	Rosa Maurício	Larde lantera		

75	Mariamo Chale	Larde lantera		
76	Sura Abacar	Larde lantera		
77	Anastácio Armando	Larde lantera		
78	Joaquim João Liquepa	Larde lantera		
79	Mucussete Mussa	Larde lantera		
80	Anifa Alberto Cora	Larde lantera		
81	Cristina Luís	Larde lantera		
82	João Salomão	Larde lantera		
83	Mariamo Salimo	Larde lantera		
84	Fátima Lisa	Larde lantera		
85	Mariza António	Larde lantera		
86	Alua Carlos	Larde lantera		
87	Suhura Daúda	Larde lantera		
88	Teresa Ussufa	Larde lantera		
89	Maná Sahadje	Larde lantera		
90	Omar Adumana Sulemane	Larde lantera		
91	Augusto Reuciano Aiúta	Larde lantera		
92	Hussene Agi	Larde lantera		
93	Mussa Anastácio	Larde lantera		
94	Sufa Sulemane	Larde lantera		
95	Mariamo Amade	Larde lantera		
96	Teresa Manuel	Larde lantera		
97	Ancha Macaíta	Larde lantera		
98	Juma Nacoto	Larde lantera		
99	Muahija Acácio	Larde lantera		
100	Latifa Sulemane	Larde lantera		
101	Atija Ali	Larde lantera		
102	Eliquela Ucussede	Larde lantera		
103	Amina Braímo	Larde lantera		
104	Mário Mussa	Larde lantera		
105	Tina Fonseca	Larde lantera		
106	Ihifa Conturo	Larde lantera		
107	Zabia Chaúque	Larde lantera		
108	Sabino Omar Ussene	Larde lantera		
109	Miguel Joaquim	Angoche	F. dos CCPs.	
110	José Faria	Larde lantera		
111	Muandacasso Sulemane	Larde lantera		
112	Angelina João	Larde lantera		
113	Braímo Laila	Larde lantera		

114	Surde João	Larde lantera		
115	Paulo Texeira	Larde lantera		
116	Muguissirima Braimo	Larde lantera		
117	António Momed	Larde lantera		
118	Ussene Alberto	Larde lantera		
119	Andia Cherramadane	Larde lantera		
120	Alí Manuel	Larde lantera		
121	Braímo Saíde	Larde lantera		
122	Mussa Braímo	Larde lantera		
123	Maquetaúla Sábado	Larde lantera		
124	Kemal Vaz			
125	Peter Abechtel			
126	Regina Tomo			848152163

3.7. Distrito de Moma

Na manhã do dia 06 de Junho de 2015 realizou-se consulta no Distrito de Moma sede e contou com a participação do secretário permanente do Distrito, dos representantes do CCP, dos pescadores da região, residentes, líder comunitário, fiscais e secretários do Bairro. A representatividade do género esteve desigual, onde num total de 40 pessoas apenas uma era mulher.

Questões apresentadas:

Mussapa Idrissa: Haverá a disponibilização de transporte no distrito de Moma para a fiscalização?

Afonso Macuele: Se o lugar de proibição de pesca é definitivo ou será somente para o tempo de reprodução dos peixes?

Jorge Abacar: Como a população deve agir perante realização da pesca semi-industrial por estrangeiros? Pois temos agora no nosso distrito operadores estrangeiros a fazer pesca artesanal.

Vicente Ambasse: Sobre o desemprego, nós estamos a vender o nosso produto sem acrescentar valor, sem mesmo saber o que estamos a vender em termos de quantidade e qualidade. Fizemos santuário no estuário mas não tiramos benefício pois quem pesca são outros. Como podemos tirar rendimento do nosso trabalho de conservação? Quem nos apoiou na ideia de santuários

(aquacultura) foi um técnico indiano que trabalho aqui em Moma. Esta experiencia esta a produzir impactos positivos em relação ao Caranguejo. Também trocamos experiência com o Senegal.

Esclarecimento (Tecnico de Pescas de Moma): Os estrangeiros que querem usar uma licença de pesca artesanal foram recomendados na província que devem procurar os residentes para lhes ser concedida esta licença.

Afonso Macuvele: existem 4 barcos chineses registados em Moma, são 3 marinheiros no máximo em cada barco empregados de forma humilhante. Então quem faz cumprir a legislação no distrito? As licenças não foram aprovadas no CCP. Estes barcos estão registados em nome dos donos chineses e não numa parceria.

Porquê Moma ao invés de Mucoroge não é proposto como um posto de fiscalização?

Isto tem a ver com o acesso difícil na Barra de Moma em mau tempo não é possível entrar. Por outro lado Mucoroge tem uma posição muito boa para acesso de embarcações. Se a estrada de Moma para Mucoroge melhorar vai ser possível melhorar o apoio logístico a Mucoroge a partir de Moma. Mucoroge também deve apoiar parte do distrito de Pebane e Muebase em termos de fiscalização. Não existem de momento recursos humanos e financeiros para se descentralizar demasiado os postos de fiscalização ao longo da APA. Sabemos que é fundamental para a conservação que haja um bom cumprimento das regras que estamos a propor no PM e que foram apresentadas neste encontro. Vamos precisar de envolver todos intervenientes na fiscalização: membros da comunidade, da APA, do distrito e de alguns sectores que exploram os recursos. A APA vai ser a entidade que ira coordenar a supervisão de toda a fiscalização. Esta fiscalização pode mesmo ser terceirizada, mas sempre deve haver um modelo de implementação participativo.

Segundo Maurício Jorge Ibraimo: O Corte do Mangal é feito para o aumento da produção de arroz e aumento dos benefícios particulares dos produtores. Queria saber se esta iniciativa é boa? Vai ser permitido então o corte de mangal, vai haver condicionantes?

Esclarecimento: esta prática é nociva e não deve ser usada. O mangal é o investimento a longo prazo, o cultivo do arroz nos terrenos de aluvião formados pelo mangal não são sustentáveis ao longo prazo, pois uma vez cortado o mangal o aluvião desaparece em poucos anos. No consenso inicial devia-se reforçar as estratégias de sustentabilidade do mesmo, pela proibição do abate

insustentável (corte pela base do tronco principal) e permissão do abate parcial deixando-se o tronco com copa para que o mesmo continue em vida. Em Moma propõe-se que numa primeira fase o regulamento local deve proibir por completo o corte de modo a garantir a integridade dos ecossistemas. O Arsenio Mendes disse que existem comités de repovoamento do mangal, mas contudo as comunidades não respeitam este trabalho, continuando o abate; então o que fazer com estes que continuam o corte? Como não existe autoridade fica difícil de saber como autuar os infratores.

Adenar Assane: sim temos visto o uso indiscriminado de redes mosquiteiras no arrasto de praia. É de lastimar, pois estas funcionam como “vassouras do mar”, limpando o substrato deixando um deserto atrás. Esta prática deve terminar.

Por outro lado as ilhas de Moma são invadidas por não residentes de outras regiões do País, ninguém pode controlar pois não tem poderes nem meios para tal. Devemos rever os métodos de licenciar a pesca em Moma. Deve ser autorizado em Moma, e devem cancelar todas as licenças antigas e anualmente lançar em concurso licenças para os operadores que apresentem as melhores propostas, dependendo do estado do pescado.

Durante a exposição e discussão plenária verificou-se conflitos de pesca provocados por estrangeiros (Chineses) que fazem a pesca artesanal alegando ter parceria com os pescadores artesanais locais, enquanto não. Assim sendo o plano deve clarificar o que é uma parceria no âmbito estrangeiro e nacional e no âmbito artesanal, semi-industrial e industrial visto que há o uso de licenças de pesca artesanal dos nativos para a efetivação da pesca semi-industrial por estrangeiros em benefício dos mesmos. Não está clara a contribuição destes operadores estrangeiros para o benefício de Moma.

Quanto ao uso de redes mosquiteiras, o participante Cremildo Armando sugeriu a coordenação das autoridades de pesca com as autoridades da APA no sentido de definirem o tipo de rede a ser levado para a distribuição gratuita nas zonas Costeira, isso em termos de resistência. E Zeferino Ayuba acrescentou dizendo que uma vez formados os CCP, é da responsabilidade do mesmo a tarefa de agir no sentido de parar o uso das redes mosquiteiras.

Deve haver negociação sobre as zonas de exercício da pesca artesanal de um lado e pesca semi-industrial e industrial do outro lado, não se deve pôr em risco a realização da atividade pesqueira

do artesanal, foi a sugerido por Sabino Omar Assane. Devemos rever porque embarcações de semi-industrial são autorizadas licenças, devemos propor pesca artesanal até 3 milhas e pesca industrial fora das 3 milhas, facilitando a fiscalização e melhorando o estado de conservação das espécies por haver maior responsabilização. Isto também vai diminuir os conflitos.

3.7.1. Perguntas e Respostas mais frequentes

Duarante a partilha da proposta de plano de manejo no Distrito de Moma foram comuns nos participantes os seguintes questionamentos e respostas:

Perguntas

- Como a população deve agir perante realização da pesca semi-industrial por estrangeiros?
- Onde e como canalizar os conflitos entre os pescadores locais com os estrangeiros?
- Qual é a contribuição destes operadores estrangeiros para o benefício de Moma?

Respostas

- O uso da rede mosquiteira é nocivo, portanto é uma prática que deve ser abandonada.
- Deve-se rever porquê as embarcações de semi-industrial são autorizadas licenças.
- Deve-se cancelar todas as licenças antigas e anualmente lançar em concurso licenças para os operadores que apresentem as melhores propostas, dependendo do estado do pescado.

3.7.2. Lista de Participantes do Encontro Moma-vila

Ordem	Nome do Participante	Distrito/Localidade	Instituição	Contacto
1	Natú Saidino Mário	Moma-Vila		840466900
2	Cristiano Ernesto Lucas	Moma-Vila		848753097
3	Eusêbio Jamali	Moma-Vila		
4	Paulino Ossufo Assane	Moma-Vila		824619136/825589375
5	Sulemane Abacar	Moma-Vila		
6	José António Muquicirina	Moma-Vila		
7	Arsénio Emílio Meneses	Moma-Vila		866722854
8	Brito Alves	Moma-Vila		867345205
9	Abudo Rahaman Essiaca	Moma-Vila		865361318
10	António Joaquim	Moma-Vila		865135035
11	Costa Júlio	Moma-Vila		869364365
12	Alide Atumane	Moma-Vila		862034746
13	Muquissiba D. M. Muquissiba	Moma-Vila		861597800
14	Rodrigo Juma	Moma-Vila		848941470
15	Mussapane Edriça	Moma-Vila	Fiscal do CCP	820705877
16	João Titos Abacar	Moma-Vila		846216746
17	Sabino Omar Assane	Moma-Vila	Forum CCP	84050042
18	Anito S. Francisco	Moma-Vila		849323353
19	Cheamade Alide	Moma-Vila		844727449
20	Bernardo Mualeite	Moma-Vila		823891253
21	Marcos Assane	Moma-Vila		845846595
22	Cremildo Armando	Moma-Vila		842773966
23	Alima Domingos	Moma-Vila		875642225
24	Américo Amisse	Moma-Vila		844086735/866041375
25	Secu João	Moma-Vila		865974609
26	Maurício Jorge	Moma-Vila		866654667
27	Zeferino Aiúba	Moma-Vila		865266369
28	Sábado Amisse	Moma-Vila		869983841
29	Gregório Mussa	Moma-Vila		863981605
30	Carimo Amisse	Moma-Vila		869364388
31	Braímo Amisse	Moma-Vila		867343278
32	Afonso Manuel Nahadima	Moma-Vila		863667915
33	José Ussene Sulemane	Moma-Vila		842438675
34	João Samuel	Moma-Vila		

35	Forcane Saraiva	Moma-Vila		878437249
----	-----------------	-----------	--	-----------

3.8.Encontro na Comunidade de Mucoroge

Na tarde do mesmo dia 06 de Junho de 2015 foi realizada na comunidade de Mucoroge, distrito de Moma a consulta e contou com a participação dos residentes e líder comunitário do Bairro. A representatividade do género esteve acentuada, com presença de um grande número de mulheres assim como de homens no entanto nenhuma mulher participou ativamente.

Januário Amade questionou sobre quais serão os benefícios trazidos com a implementação do plano de manejo e que diferenças têm com o projeto implementado pela WWF em 2012?

A reação da equipe consultora quanto a esta questão foi que o projeto tem uma condição diferente, pois com o decreto do conselho de ministros a situação da reserva – pode agora ter uma Administração própria e oficial. O nosso trabalho como consultores é escrever como fazer agora administração da APA. No momento ainda haverá demora na implementação do plano de manejo devido ao processo de aprovação. Esta fase aqui em Moma serve como para colmatar possíveis aspetos de gestão que ainda não estão tratados no PM.

Os principais aspectos referenciados pelos participantes foram o uso da rede mosquiteira, o desaparecimento dos recursos pesqueiros, a falta de apoio do Governo, a capacitação e interrogações sobre os benefícios do plano de manejo incorporados nos seguintes comentários:

Os pescadores não tem apoio do Governo para a execução das actividades, foi comentário feito por Atumane Assane, o pedido direcionado ao Governo para o aumento do apoio a pesca artesanal por Ibraímo Ussufo e o uso da rede mosquiteira como factor prejudicial para a disponibilidade dos recursos pesqueiros segundo Abujate Salino.

Fernando Jamal referiu que o desaparecimento de recursos deve-se a pesca de arrasto que está a ser praticada e com isso nos últimos tempos já não conseguem pescar se quer 30kgs de peixe em cada lançamento e pede que haja coordenação com Ministério de Pescas no sentido de ajudar, através do fornecimento de barcos a motor, para que possam apanhar o peixe maior, pois com um

só peixe pesando entre 9 a 10kgs é possível dar sustento a sua família. E acrescentou que a capacitação para conservação marinha feita em 2012 pela WWF trouxe bons resultados observáveis até a atualidade, mas ultimamente não há ordem nenhuma.

3.8.1. Perguntas e Respostas mais frequentes

Durante a partilha da proposta de plano de manejo em Moma foram comuns nos participantes os seguintes questionamentos e respostas:

Perguntas

- Quais serão os benefícios trazidos com a implementação do plano de manejo e que diferenças têm com o projeto implementado pela WWF em 2012?
- Se o lugar de proibição de pesca é definitivo ou será somente para o tempo de reprodução dos peixes?

Respostas

- O novo plano de manejo trará vários benefícios a nível de conservação dos vossos recursos, tem ainda uma condição diferente, pois com o decreto do conselho de ministros a situação da reserva – pode agora ter uma Administração própria e oficial.
- desaparecimento de recursos deve-se a pesca de arrasto que está a ser praticada nos últimos tempos.

3.8.2. Lista de Participantes do Encontro Moma Mucoroge

Ordem	Nome do Participante	Distrito/Localidade	Instituição	Contacto
1	Oscar E. Assuate	Moma-Mocoroge	Régulo	864604250
2	Fernando Jamal	Moma-Mocoroge		863855767
3	Cremildo Armando	Angoche		842773966
4	Sabino Omar Assane	Angoche		
5	Arlindo Mucussete	Moma-Mocoroge		875505087
6	Kemal Vaz			
7	Peter Abechtel			
8	Marcos Jorge Assane	Angoche		845846595/820722466
9	Silva Agostinho	Moma-Mocoroge		
10	Ancha de Pedro	Moma-Mocoroge		
11	Lila Pedro	Moma-Mocoroge		
12	Fátima Jorge	Moma-Mocoroge		
13	Armanda Chale	Moma-Mocoroge		
14	Atija António	Moma-Mocoroge		
15	Álvaro Ali	Moma-Mocoroge		867018353
16	Januário Amade	Moma-Mocoroge		877575965
17	Maurício Eduardo	Moma-Mocoroge		863621490
18	Muanaiamo Sermão	Moma-Mocoroge		
19	Agira Ussene	Moma-Mocoroge		
20	Chaurina Alberto	Moma-Mocoroge		
21	Isabelita Sozinho	Moma-Mocoroge		
22	Rosa Francico	Moma-Mocoroge		
23	Laurinda dos Santos Rafael	Moma-Mocoroge		
24	Laurinda Suate	Moma-Mocoroge		
25	Fuma Ussufo	Moma-Mocoroge		
26	Castro Sozinho	Moma-Mocoroge		
27	Braimo Ussufo	Moma-Mocoroge		
28	António Fernando	Moma-Mocoroge		866111597
29	Rumete Aníbal	Moma-Mocoroge		
30	Zulfa Maurício	Moma-Mocoroge		
31	Virgínia Ussufo	Moma-Mocoroge		
32	Rachide Sábado	Moma-Mocoroge		
33	Olavo Kriss	Moma-Mocoroge		
34	Abijate Salimo	Moma-Mocoroge		
35	Assane Mussá	Moma-Mocoroge		
36	Bernardo Mualeite	Nampula		

37	Luís Carlos	Moma-Mocoroge		
38	Albino Custódio	Moma-Mocoroge		
39	Joaquim Paulino	Moma-Mocoroge		
40	Maria Ussene	Moma-Mocoroge		
41	Rosa Victor	Moma-Mocoroge		
42	Alima José	Moma-Mocoroge		
43	Zarima Abú	Moma-Mocoroge		
44	Domingas Domingos	Moma-Mocoroge		
45	Agita Zualina	Moma-Mocoroge		
46	Nussura Ussene	Moma-Mocoroge		
47	Ermelinda Maurício	Moma-Mocoroge		
48	Alima Chico	Moma-Mocoroge		
49	Anchia Ussufo	Moma-Mocoroge		
50	Malmira Amilco	Moma-Mocoroge		
51	Mussa Mussa Omar	Moma-Mocoroge		874549074
52	Kulungo Alberto	Moma-Mocoroge		
53	Juma Cetala	Moma-Mocoroge		864759430
54	Cesto Aníbal	Moma-Mocoroge		867295196
55	Diogo Jamal	Moma-Mocoroge		
56	Mente Jamal	Moma-Mocoroge		
57	Angelina Diara	Moma-Mocoroge		
58	Isabel Sozinho	Moma-Mocoroge		
59	Loyde Ligório	Moma-Mocoroge		
60	Paula Mamade	Moma-Mocoroge		
61	Ângelo Gabriel	Moma-Mocoroge		
62	Domingos Faústto	Moma-Mocoroge		
63	Carlos Tomás	Moma-Mocoroge		
64	Assane Mussá	Moma-Mocoroge		
65	Juma Gabriel	Moma-Mocoroge		
66	António Omar	Moma-Mocoroge		
67	Diná Azita	Moma-Mocoroge		
68	Fátima Joel	Moma-Mocoroge		
69	Ezdina António	Moma-Mocoroge		
70	Arlinda Ussufo	Moma-Mocoroge		
71	Bramují Atipo	Moma-Mocoroge		
72	Assane Jamal	Moma-Mocoroge		
73	Aurora Braímo	Moma-Mocoroge		
74	Regina Tomo			848152163

3. Conclusões

O plano de Maneio da área de Proteção Ambiental das Ilhas I e IIs é uma proposta que teve aceitação a nível da comunidade residente na Província de Nampula, e principalmente a nível dos dirigentes que demonstraram maior satisfação e desejo de ver o mesmo sendo implementado para a melhoria da conservação dos recursos naturais e conseqüente desenvolvimento local.

Os dirigentes locais demonstraram nas suas intervenções possuir uma grande preocupação com adoção de estratégias de garantia da sustentabilidade dos recursos naturais e propondo atividades como a coordenação dos diversos sectores na tomada de decisões que afetem o meio ambiente, visto que as questões ambientais apresentam como característica a intersectorialidade e a interdependência.

As comunidades sendo as mais afetadas com os impactos da má gestão e utilização dos recursos ambientais, também propuseram aquilo que seriam as medidas e ideias a serem adoptadas para garantir o sucesso do plano de maneio, sendo o seu envolvimento o aspecto que mais se enfatizou.

4. Constrangimentos

A realização das consultas Públicas apresentou no seu decorrer os seguintes constrangimentos:

- A necessidade de tradução na realização de algumas consultas públicas.
- Pouca Afluência nalguns encontros (principalmente dos líderes comunitários e mulheres).
- Algumas comunidades não conhecem as leis que regem a atividade pesqueira e suas normas, e nalgum momento acabam violando as mesmas ao pedir que atos como uso da rede mosquiteira sejam encobertos.
- Pouca representatividade do sector privado nas reuniões.
- Ausência de armadores da pesca semi industrial nos encontros comunitários (Moma e Angoche).

5. Recomendações para o Plano de Maneio

A partilha da proposta de plano de maneio para a APA das Ilhas primeiras e segundas na comunidade permitiu a recolha das seguintes recomendações:

- O envolvimento de todos residentes a nível dos distritos e localidades em actividades de exploração e conservação dos seus recursos;
- Coordenação entre as decisões centrais e as vontades e prioridades distritais;
- Envolvimento maioritário das comunidades locais nos comités de gestão da APA;
- Capacitação das comunidades e dos Pescadores industriais em matérias de exploração sustentável e conservação ambiental;
- Elaboração de normas de compensação dos danos causados a APA , pelos operadores circunvizinhos;
- Definição da época para a captura de cada espécie de marisco, principalmente da Anchoveta;
- Associação do plano de maneio da APA das ilhas primeiras e segundas, a um outro plano de acção com um horizonte temporal definido;
- Criação de novos viveiros de espécies no mangal;
- A divulgação do uso da rede de emalhar;
- Aumentar a fiscalização de modo a abrangir as lagoas;
- Definição de mediadas de fiscalização claras e rigorosas e criação de meios para a sua efectivação;
- Definição das zonas de exercício da pesca artesanal dentro da APA.
- Concessão de licenças na APA somente aos Pescadores artesanais locais, e não aos estrangeiros e industriais;
- Criação de santuários (Viveiros de caranguejos) com fiscalização diária e nocturna;
- Proibição completa do corte do mangal, visto que se está em situação extrema de degradação do mesmo.
- Clarificar o que é uma parceria no âmbito estrangeiro-nacional e artesanal e industrial;
- Definição do tipo de rede a ser usada nas zonas costeiras em termos de resistência;
- Apoio da Pesca artesanal pelo governo;

- Que seja proposta a pesca artesanal até 3 milhas e pesca industrial fora das 3 milhas, facilitando a fiscalização e melhorando o estado de conservação das espécies.
- Inclusão da abordagem de manejo comunitário de recursos naturais em comités integrados de recursos naturais

Anexo 1: Evidências



Figura 1: apresentação da proposta de plano de manejo no Governo de Angoche (*Fonte: Regina Tomo, 2015*)



Figura 2: participação de um membro da comunidade de Tamole no âmbito da divulgação da proposta (*Fonte: Regina Tomo, 2015*).



Figura 3: divulgação da proposta no Encontro provincial na cidade de Nampula (Fonte: Regina Tomo, 2015)



Figura 4: Equipe Consultora divulgando o plano de manejo na comunidade de Masizwane (Fonte: Regina Tomo, 2015).



Figura 5: Comunidade do Distrito de Larde-Sede, no âmbito da divulgação do plano de manejo (*Fonte:* Cremildo Armando, 2015)



Figura 6: Comunidade de Larde Lanterre, no âmbito da divulgação do plano de manejo (*Fonte:* Cremildo Armando, 2015)